

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

Relatório Semestral

1.º semestre 2023



José Saruga Martins

Juiz Presidente, do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

O presente relatório incidirá sobretudo na avaliação dos objetivos estabelecidos e respetivo grau de cumprimento, com apreciação das prováveis causas dos resultados obtidos. Outros aspetos, que poderão constar do relatório anual, só serão expostos na medida em que se afigure necessário à integral perceção do objetivo do presente relatório.

MÉTODO

Recolha de dados efetuados no sistema (Citius) no dia 05/07/2023.

O documento foi objeto de parecer favorável do Conselho Consultivo a 10/07/2023.

Foi aprovado pelo Conselho de Gestão de 10/07/2023.

ESTRUTURA da COMARCA

A comarca integra 12 Juízos (sendo de natureza mista – Central Cível e Criminal – e 2 de proximidade) em 5 núcleos.

ORÇAMENTO

O plafond atribuído como orçamento para 2023 é de 645.492,27 € (dotação inicial), com reforço até à presente data, de 32.890,20 € e, assim, com a dotação corrigida de 677.322,47€.

RECURSOS HUMANOS

Quadro Legal:

- Juízes: 14 a 16;
- Magistrados M.º P.º: 12 a 14 procuradores da república;
- Oficiais de justiça: 86 (a que acrescem 2 técnicos de informática e 8 funcionários da carreira do regime geral).

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

No período em causa exerceram funções:

- 15 Juizes, 14 Titulares e 1 Auxiliar

Quadro Geral de Magistrados Judiciais

Quadro de Magistrados Judiciais								
Comarca de Portalegre								
Magistrados Judiciais que exerceram funções no período em análise								
Núcleo	Unidade Orgânica	Quadro Legal (1)	Auxiliares		Quadro Real	Acumulações (além quadro, medidas de gestão)	Período de tempo em que exerceu(ram), no período (2) (em meses)	Na Unidade, exerceram funções no período (em média)
			Em substituição de titular	Art. 108.º do RLOSJ				
Portalegre	Juízo Cível e Criminal	3			3			3
Portalegre	Juízo do Trabalho	1			1			1
Portalegre	Juízo Local Cível	2			2			2
Portalegre	Juízo Local Criminal	1			1			1
Elvas	Juízo Local Cível	2			2			2
Elvas	Juízo Local Criminal	1		1	2		12	2
Fronteira	Juízo de Competência Genérica	1			1			1
Ponte de Sor	Juízo de Competência Genérica	2			2			2
Nisa	Juízo de Competência Genérica	1			1			1

(1) – Quadro legal inclui efetivos, art.º 107.º do RLOSJ e Quadro Complementar

(2) – Informação atinente aos Juizes Auxiliares, puros, além quadro e/ou em acumulação, por medida de gestão

- 14 Magistrados do Ministério Público (um deles encontra-se ausente por motivo de licença prolongada);

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

- Funcionários de Justiça:

Oficiais de Justiça por categorias – serviços judiciais

Categorias funcionais	Número previsto na Portaria nº 372/2019	Funcionários colocados em 31-12-2022
Secretário de Justiça	2	1
Escrivão de Direito	10	09
Escrivão-Adjunto	24	17
Escrivão Auxiliar	31	26
Oficial de justiça – Ap. OG	1	1
Totais	68	54

Fonte: elaboração própria

Oficiais de Justiça – serviços do Ministério Público

Categorias funcionais	Número previsto na Portaria nº 372/2019	Funcionários colocados em 31-12-2022
Técnico de Justiça Principal	2	2
Técnico de Justiça Adjunto	10	8
Técnico de Justiça Auxiliar	6	7
Totais	18	17

Fonte: elaboração própria

- Dos 86 lugares de mapa previstos na carreira de oficial de justiça, estão preenchidos 71 lugares, todavia apenas 66 estão efetivamente ocupados com oficiais de justiça em exercício de funções, já que 5 se encontram ausentes: 2 porque estão a exercer funções noutras comarcas em comissão de serviço e 3 porque se encontram em situação de doença prolongada, resultando que, atualmente, existe um défice de oficiais de justiça, em exercício de funções, de aproximadamente 23%;
- Exercem, também, funções: 2 técnicos de informática e 7 trabalhadores do regime geral: 1 Assistente Técnica (colocada no Gabinete de Apoio à Gestão), 3 Assistentes Operacionais (1 deles exerce funções de motorista e 1 colocado recentemente no Núcleo de Ponte de Sor, em regime de mobilidade), todas com horário completo e 3 Assistentes Operacionais com horário parcial.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

- Continuam por preencher 1 lugar de Técnico Superior previsto para cargo de apoio aos órgãos de gestão e 1 lugar de Assistente Técnico previsto para o Núcleo de Elvas.

OBJETIVOS

Foram fixados os seguintes objetivos pelo CSM:

Comuns a todos os Juízos:

- Não aumento da pendência;
- Priorização dos processos mais antigos.

Juízo Central Cível e Criminal do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre:

- Fixação de dilação máxima de agendamento de diligências em 5 meses;
- Redução do número de prescrições do procedimento ou da pena;
- Redução da materialização dos processos na área criminal;
- Manter indicação às testemunhas do motivo pelo qual não são inquiridas;
- Elaboração das notificações com conteúdos claros e com linguagem corrente;
- Introdução de informações relevantes na notificação das testemunhas (v.g. que podem pedir a sua inquirição por videoconferência a partir de secções de proximidade ou de outras secções mesmo dentro da Comarca);
- Manter a utilização de meios de inquirição de testemunhas à distância incluindo entre os diversos Núcleos da Comarca;
- Fomentar o uso da ferramenta do *Citius/Habilus* de "seguimento do processo";
- Manter identificação no *Citius* das Contumácias;
- Recurso a depoimentos escritos (em substituição das cartas rogatórias como forma de agilização processual).

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

Juízo do Trabalho:

- Fixação de dilação máxima de agendamento de diligências em 4 meses;
- Manter indicação às testemunhas do motivo pelo qual não são inquiridas;
- Elaboração das notificações com conteúdos claros e com linguagem corrente;
- Introdução de informações relevantes na notificação das testemunhas (v.g. que podem pedir a sua inquirição por videoconferência a partir de secções de proximidade ou de outras secções mesmo dentro da Comarca);
- Manter a utilização de meios de inquirição de testemunhas à distância incluindo entre os diversos Núcleos da Comarca;
- Fomentar o uso da ferramenta do *Citius/Habilus* de "seguimento do processo".

Juízo Local Cível de Portalegre:

- Fixação de dilação máxima de agendamento de diligências em 70 dias, salvaguardado o período de férias judiciais e diligências probatórias que não se consigam concluir nesse lapso temporal;
- Manter indicação às testemunhas do motivo pelo qual não são inquiridas;
- Elaboração das notificações com conteúdos claros e com linguagem corrente;
- Introdução de informações relevantes na notificação das testemunhas (v.g. que podem pedir a sua inquirição por videoconferência a partir de secções de proximidade ou de outras secções mesmo dentro da Comarca);
- Manter a utilização de meios de inquirição de testemunhas à distância incluindo entre os diversos Núcleos da Comarca;
- Fomentar o uso da ferramenta do *Citius/Habilus* de "seguimento do processo".

Juízo Local Criminal de Portalegre:

- Fixação de dilação máxima de agendamento de diligências em 3 meses;
- Redução do número de prescrições do procedimento ou da pena;
- Redução da materialização dos processos;

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

- Manter indicação às testemunhas do motivo pelo qual não são inquiridas;
- Elaboração das notificações com conteúdos claros e com linguagem corrente;
- Introdução de informações relevantes na notificação das testemunhas (v.g. que podem pedir a sua inquirição por videoconferência a partir de secções de proximidade ou de outras secções mesmo dentro da Comarca);
- Manter a utilização de meios de inquirição de testemunhas à distância incluindo entre os diversos Núcleos da Comarca;
- Fomentar o uso da ferramenta do Citius/Habilus de "seguimento do processo";
- Manter identificação no Citius das Contumácias.

Juízo Local Cível de Elvas:

- Fixação de dilação máxima de agendamento de diligências em 4 meses, salvaguardado o período de férias judiciais e diligências probatórias que não se consigam concluir nesse lapso temporal;
- Manter indicação às testemunhas do motivo pelo qual não são inquiridas;
- Elaboração das notificações com conteúdos claros e com linguagem corrente;
- Introdução de informações relevantes na notificação das testemunhas (v.g. que podem pedir a sua inquirição por videoconferência a partir de secções de proximidade ou de outras secções mesmo dentro da Comarca);
- Manter a utilização de meios de inquirição de testemunhas à distância incluindo entre os diversos Núcleos da Comarca;
- Recurso a depoimentos escritos (em substituição das cartas rogatórias como forma de agilizar a tramitação processual);
- Manter atualizados os dados do processado eletrónico;
- Fomentar o uso da ferramenta do Citius/Habilus de "seguimento do processo".

Juízo Local Criminal de Elvas:

- Fixação de dilação máxima de agendamento de diligências em 11 meses;

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

- Redução do número de prescrições do procedimento ou da pena;
- Redução da materialização dos processos;
- Manter indicação às testemunhas do motivo pelo qual não são inquiridas;
- Elaboração das notificações com conteúdos claros e com linguagem corrente;
- Introdução de informações relevantes na notificação das testemunhas (v.g. que podem pedir a sua inquirição por videoconferência a partir de secções de proximidade ou de outras secções mesmo dentro da Comarca);
- Manter a utilização de meios de inquirição de testemunhas à distância incluindo entre os diversos Núcleos da Comarca;
- Fomentar o uso da ferramenta do Citius/Habilus de "seguimento do processo"
- Manter identificação no Citius das Contumácias;
- Manter atualizados os dados do processado eletrónico (F7), em especial nos presos.

Juízo de Competência Genérica de Ponte de Sor:

- Fixação de dilação máxima de agendamento de diligências em 70 dias descontado o período de férias judiciais e as diligências probatórias que não seja possível concluir nesse lapso temporal;
- Redução do número de prescrições do procedimento ou da pena;
- Redução da materialização dos processos;
- Indicação às testemunhas do motivo pelo qual não são inquiridas;
- Elaboração das notificações com conteúdos claros e com linguagem corrente;
- Introdução de informações relevantes na notificação das testemunhas (v.g. que podem pedir a sua inquirição por videoconferência a partir de secções de proximidade ou de outras secções mesmo dentro da Comarca);
- Manter a utilização de meios de inquirição de testemunhas à distância incluindo entre os diversos Núcleos da Comarca;

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

- Fomentar o uso da ferramenta do Citius/Habilus de "seguimento do processo";
- Manter identificação no Citius das Contumácias.

Juízo de Competência Genérica de Fronteira:

- Fixação de dilação máxima de agendamento de diligências em 90 dias;
- Redução do número de prescrições do procedimento ou da pena;
- Manutenção da redução da materialização dos processos;
- Indicação às testemunhas do motivo pelo qual não são inquiridas;
- Elaboração das notificações com conteúdos claros e com linguagem corrente;
- Introdução de informações relevantes na notificação das testemunhas (v.g. que podem pedir a sua inquirição por videoconferência a partir de secções de proximidade ou de outras secções mesmo dentro da Comarca);
- Manter a utilização de meios de inquirição de testemunhas à distância incluindo entre os diversos Núcleos da Comarca;
- Fomentar o uso da ferramenta do Citius/Habilus de "seguimento do processo";
- Identificação no Citius das Contumácias.

Juízo de Competência Genérica de Nisa:

- Fixação de dilação máxima de agendamento de diligências em 50 dias;
- Redução do número de prescrições do procedimento ou da pena;
- Redução da materialização dos processos;
- Indicação às testemunhas do motivo pelo qual não são inquiridas;
- Elaboração das notificações com conteúdos claros e com linguagem corrente;
- Introdução de informações relevantes na notificação das testemunhas (v.g. que podem pedir a sua inquirição por videoconferência a partir de secções de proximidade ou de outras secções mesmo dentro da Comarca);

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

- Manter a utilização de meios de inquirição de testemunhas à distância incluindo entre os diversos Núcleos da Comarca;
- Manter o uso da ferramenta do Citius/Habilus de "seguimento do processo";
- Identificação no Citius das Contumácias;
- Manter atualizados os dados do processado eletrónico (F7), em especial nos presos.

Na avaliação intercalar do cumprimento dos objetivos fixados para o ano de 2023 e na ponderação do estado global dos serviços, após os anos marcados pela pandemia, há que ter em conta a volta à normalidade dos serviços.

Ainda assim, comparando os dados do 1.º semestre de 2023 com os dados do 1.º semestre de 2022 (vide Relatório semestral de 2022), verificamos uma ligeira diminuição, em cerca de 3%, do número de processo findos (3773/3806) na estatística oficial.

O número de entradas sofreu um pequeno aumento (também cerca de 3%) (3584/3448).

As ações executivas continuam a representar o grosso da pendência.

A justiça penal (incluindo instrução criminal) regista uma ligeira diminuição, continuando o Juízo Criminal de Elvas (onde corre termos grande parte dos processos crime pendentes no Tribunal) a registar a maior pendência e maior número de entradas, mas mesmo assim com uma taxa de resolução superior a 100%.

O Juízo de Competência Genérica de Nisa e o Juízo do Trabalho de Portalegre registam uma taxa de resolução inferior a 100% (97% e 93% respetivamente), sendo que, no caso do segundo, e comparando com período homologado do ano anterior, teve um aumento nas entradas (204/150).

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

Todos os restantes Juízos apresentam uma taxa de resolução superior a 100%.

Nos restantes Juízos não se registam desvios ao cumprimento dos objetivos considerando, obviamente, as circunstâncias que determinaram o funcionamento dos serviços.

Também a dilação dos agendamentos de diligências está dentro dos objetivos, verificando-se os últimos no Juízo Criminal de Elvas e no Juízo de Competência Genérica de Ponte de Sor – J2, mas tal deve-se a reagendamentos com arguidos fora do país.

Como se referiu no relatório anual durante este semestre houve necessidade de recuperar atrasos vindos do último quadrimestre de 2022 no Juízo Local Cível de Portalegre J2, apresentando uma taxa de resolução de 104%.

Dia 12 de maio entrou em vigor a Portaria nº 86/2023 de 27 de março que veio implicar algumas alterações de serviço por parte do Juiz que preside à distribuição (escalada diariamente por todos os Juízes da Comarca), do Magistrado do Ministério Público e do Oficial de Justiça.

Nas ausências das Senhoras Juízas titulares dos Juízos Local Criminal de Portalegre, de Competência Genérica de Fronteira e Competência Genérica de Nisa, e nos demais casos, as substituições foram efetuadas nos termos do despacho genérico em vigor na Comarca.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Por jurisdições (dados inseridos no modelo de relatório semestral do iudex)

Pendência Oficial								
Árrea		Pendentes a 01-01-2023	Entrados	Findos	Pendentes a 30-06-2023	Taxa de Resolução %	Taxa de Congestão %	Taxa de Recuperação %
CIVIL	Execuções	2215	564	611	2168	108,33	362,52	21,99
	Outras	1092	1397	1484	1005	106,23	73,58	59,62
Penal		498	550	605	443	110,00	82,31	57,73
Laboral		122	183	171	134	93,44	71,35	56,07
Tutelar		215	372	382	205	102,69	56,28	65,08
Instrução Criminal		57	518	520	55	100,39	10,96	90,43
Total		4199	3584	3773	4010	105,27	111,29	48,48

Pendência de Secretaria								
Árrea		Pendentes a 01-01-2023	Entrados	Findos	Pendentes a 30-06-2023	Taxa de Resolução %	Taxa de Congestão %	Taxa de Recuperação %
CIVIL	Execuções	2472	616	639	2449	103,73	386,85	20,69
	Outras	2017	1448	1586	1879	109,53	127,18	45,77
Penal		2351	565	652	2264	115,40	360,58	22,36
Laboral		204	187	201	190	107,49	101,49	51,41
Tutelar		780	448	501	727	111,83	155,69	40,80
Instrução Criminal		65	517	514	68	99,42	12,65	88,32
Total		7889	3781	4093	7577	108,25	192,74	35,07

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

Por Juízos (dados não inseridos – por não previstos – no relatório semestral Iudex)

Núcleo	Juízo	Pendentes em 1.1.2023	Entrados	Findos	Pendentes em 30-06-2023	População abrangida	Taxa de Resolução	Taxa de Congestão	Taxa de Recuperação	Taxa de Litigância ‰
Elvas	Cível	765	650	736	679	28772	113%	104%	52%	0,051
	Criminal	350	428	433	345	28772	101%	81%	56%	0,015
Fronteira	Genérica	498	428	460	466	14074	107%	108%	50%	0,030
Nisa	Genérica	187	200	194	193	9068	97%	96%	50%	0,022
Ponte de Sor	Genérica	677	506	510	673	18642	101%	133%	43%	0,027
PTG - Central	Cível	450	94	138	406	104923	147%	326%	25%	0,001
	Criminal	54	45	61	38	104923	136%	89%	62%	0,000
PTG - Local	Cível	941	695	719	917	31442	103%	131%	44%	0,022
	Criminal	124	339	343	120	31442	101%	36%	74%	0,011
Portalegre	Trabalho	152	204	190	166	104923	93%	0%	53%	0,002

MEDIDAS DE GESTÃO

No período em análise mantiveram-se algumas das medidas de gestão já tomadas em 2022 e aplicaram-se outras de modo a minimizar os efeitos da falta de oficiais de justiça na comarca, em síntese:

- ✓ Mantiveram-se as designações em regime de substituição nos cargos de chefia não ocupados;
- ✓ Mantiveram-se algumas das recolocações de oficiais em Núcleos diferentes da colocação inicial;
- ✓ Redistribuíram-se tarefas pelos Sr. Oficiais de Justiça que exercem funções nos Juízos de Proximidade de Avis e de Castelo de Vide e por uma das Sras. Oficiais de Justiça que exerce funções no Juízo do Trabalho para possibilitar a tramitação à distância de processos que correm termos, quer nos Serviços Judiciais de todos os Núcleos, quer nos Serviços do Ministério Público de Elvas;
- ✓ Com a concordância dos Srs. Oficiais de Justiça que exercem funções no Juízo de

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

Proximidade de Avis e autorização da Direção-Geral da Administração da Justiça, aqueles realizaram trabalho suplementar em sábados, o que permitiu recuperar atrasos na tramitação processual nos Serviços do Ministério Público de Elvas;

✓ No âmbito das medidas de autoproteção contra incêndio aprovadas pela DGAJ - com parecer favorável ANEPC, para todos os edifícios dos Tribunais da comarca de Portalegre (Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 09 de outubro de 2015, na Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, alterado pela Portaria n.º 135/2020 de 2 de junho), no Palácio da Justiça de Fronteira, com a colaboração do respetivo Município, dos Serviços da Proteção Civil e Bombeiros Voluntárias, ministrou-se formação aos Srs. Oficiais de Justiça e realizou-se um simulacro.

✓ Estão a articular-se idênticos procedimentos para os edifícios em Portalegre, Nisa, Avis e Castelo de Vide.

✓ No primeiro quadrimestre de 2023, foi instalado o Gabinete de Apoio aos Magistrados Judiciais - Assessoria Técnica junto do Tribunal Judicial da Comarca, integrando um licenciado em Direito (publicação de 6 de abril, despacho n.º 4278/2023, DR n.º 69, II série).

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

1 - Instalações:

Palácio da Justiça de Portalegre:

Mantém-se o vertido em anteriores relatórios, ou seja, à presente data, nada existe de concreto que permita vislumbrar o início das obras de ampliação e remodelação do Palácio da Justiça de Portalegre, previstas desde 2014 e que obrigou ao encerramento do edifício do Tribunal, na sede da capital de distrito há, portanto, nove anos.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

Neste edifício, desde 2020, apenas é utilizada a sala de audiências, intervencionada para permitir a realização de julgamentos com maior número de intervenientes, ainda assim, com diversas deficiências. A nível da insonorização, porque as janelas não foram substituídas e permitem a passagem dos ruídos provenientes do exterior e, o que contribui para a má qualidade das gravações das diligências e tem motivado, até, a repetição de algumas delas dada a impercetibilidade. Também, no que respeita à inexistência de um sistema de climatização, são muitas as reclamações recebidas dos diversos utilizadores. Tentou minimizar-se os efeitos das temperaturas extremas, adquiriram-se aparelhos portáteis de ar condicionado, mas o ruído que produzem interfere nas gravações e têm de se manter desligados durante as diligências.

Estas situações têm motivado, desde sempre, reuniões dos órgãos de gestão com os diversos organismos competentes, contudo sem qualquer resultado concreto e a última informação obtida dá conta que se aguarda aprovação, mediante resolução de conselho de ministros, de um documento que integra as obras prioritárias, a iniciar em 2023, em edifícios do Estado e no qual está incluído o Palácio da Justiça de Portalegre. Contudo, em meados de julho do ano de 2023, não há conhecimento que tal tenha ocorrido.

Nada se alterando até setembro de 2023, os órgãos de gestão da comarca pretendem solicitar reunião conjunta com o IGFEJ e a DGAJ para se analisarem e adequarem procedimentos sobre o assunto.

Com autorização e colaboração da DGAJ, procedeu-se à remodelação das celas existentes no edifício e, embora não tenham todas as condições legalmente previstas, estão, agora, com as condições mínimas para utilização tendo em conta o fim a que se destinam.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

Juízos Locais/antigas casas de função de Portalegre:

Como reiteradamente tem constado nos relatórios elaborados, o encerramento do Palácio da Justiça de Portalegre obrigou à instalação dos Juízos Locais Cível e Criminal no edifício arrendado pelo IGFEJ à EP – Estradas de Portugal, SA.

A situação ocorrida em 2014 e que se previa provisória, perdura há mais de nove anos com o sacrifício de todos os utilizadores do edifício pela falta de condições existentes e que são sobejamente conhecidas de todos os organismos competentes, quer pelas comunicações enviadas, quer pela visita às instalações.

Existe um projeto iniciado para obras de remodelação das antigas casas de função que, concretizando-se, permitiria acomodar os Juízos Locais e evitava o pagamento da renda de montante mensal avultado.

Nos Juízos Centrais de Portalegre:

O mesmo sucede com os Juízos Centrais Cível e Criminal desta comarca, instalados desde 2014, também numa situação provisória, no edifício do Centro Comercial Fontedeira (instalações que estavam destinadas a acomodar apenas o Juízo do Trabalho) que se pauta pela falta de espaço e de dignidade quanto à localização e onde existe apenas uma sala de audiências.

O litígio existente, entre o IGFEJ e a administração do Condomínio Fontedeira, sobre o valor das quotas do condomínio, que dura desde que a última solicitou um aumento das quotas para mais do dobro do valor pago inicialmente, leva a que o montante reclamado como estando em dívida e que tem sido discutido nas assembleias de condóminos (constituída por residentes e lojistas), é de 23.489,89 € e, tal, causa embaraço aos Srs. Magistrados que aplicam justiça e exercem estas funções naquele mesmo edifício.

Importa, por isso e por todos os motivos supra mencionados, encontrar uma solução para o impasse, que se nos afigura ter ultrapassado os limites de tempo razoáveis, relativamente ao encerramento do Palácio da Justiça em Portalegre.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

No Palácio da Justiça de Elvas:

O IGFEJ informou que procedeu à adjudicação de um procedimento destinado à reparação das coberturas degradadas e com grandes fissuras, que originam diversas infiltrações no Palácio da Justiça de Elvas, e que o início dos trabalhos ocorrerá na primeira quinzena de julho do corrente ano de 2023.

Continua por solucionar a falta de espaços. O Tribunal continua a funcionar num único edifício, com dimensões diminutas para o número de utilizadores, com necessidade de criação de, pelo menos, mais uma sala de audiências.

Desde 2014, estão projetadas obras, a cargo do IGFEJ, para readaptação dos espaços existentes no edifício que, em parte, são ocupados pelo Tribunal e, noutra parte, são ocupados pelo IRN, mas passados nove anos nada foi alterado, obrigando o Tribunal a utilizar salas externas para realização de julgamentos com maior número de intervenientes, a manter gabinetes partilhados pelos Magistrados, espaços de trabalho exímios e com más condições, essencialmente, na secretaria do Ministério Público.

Após visita realizada por elementos da Direção do IGFEJ ao Palácio da Justiça de Elvas obtivemos informação que foi autorizada a cedência de uma pequena parte do espaço que pertence à Conservatória e está em curso o procedimento de contratação pública para as obras de remodelação na secretaria do Ministério Público, contígua ao espaço cedido, que permitirá, pelo menos, melhorar as condições de trabalho naqueles serviços.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

No Palácio da Justiça de Ponte de Sor:

O edifício do Palácio de Justiça de Ponte de Sor, continua com graves problemas de infiltrações provenientes do mau estado da cobertura e de fissuras na fachada.

Em finais de 2021, o IGFEJ providenciou pela reparação de parte da cobertura e após comunicação, em finais de 2022, de que o problema não estava solucionado e que se agravaram as infiltrações no edifício, o Instituto informou que está prevista, para 2023, uma empreitada de remodelação geral ao edifício, mas por estar sujeita à disponibilidade orçamental, pode ser demorada.

Acrescentou que, por considerar urgente resolver os problemas das infiltrações e para maior celeridade era necessária a colaboração da Comarca para os procedimentos a que se refere o artigo 35.º A do Código dos Contratos Públicos.

Contudo a consulta informal resultou infrutífera por não existir desenhos esquemáticos dos trabalhos a executar e tal informação já foi enviada ao IGFEJ, aguardando-se novos desenvolvimentos sobre o assunto.

No Palácio da Justiça de Fronteira:

A última informação obtida do IGFEJ dá conta que, recentemente, foi adjudicado o procedimento de contratação pública a que se refere o anúncio de procedimento n.º 5917/2023, publicado no DR de 14 de abril para a Empreitada de Requalificação Parcial do Palácio da Justiça de Fronteira e, realizando-se a obra, permitirá melhorar as condições de trabalho dos utilizadores dos serviços.

No Juízo de Proximidade de Avis:

O Juízo de Proximidade de Avis está instalado num edifício que é propriedade do respetivo Município e que, apesar das obras nele realizadas, tem infiltrações

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

provenientes da porta e das janelas.

Obtivemos informação, no final de 2022, de que estava em curso um procedimento por parte da Câmara para solucionar tais infiltrações, mas tal ainda não ocorreu e seria importante que pudessem iniciar-se com brevidade, de modo a evitar novas infiltrações que, inevitavelmente, ocorrerão pelas chuvas.

No Palácio da Justiça de Nisa:

A última informação obtida do IGFEJ dá conta que, recentemente, foi adjudicado o procedimento de contratação pública a que se refere o anúncio de procedimento n.º 5243/2023, publicado no DR de 31 de março - Nisa - P.J. - Empreitada de obras de reabilitação da cobertura e fachadas e substituição da caixilharia e, realizando-se a obra, permitirá melhorar as condições de trabalho dos utilizadores dos serviços.

✓ Em curso:

Em fevereiro de 2023, por indicação e com colaboração da DGAJ a comarca diligenciou para que se iniciassem os procedimentos de contratação pública destinados à remodelação das instalações sanitárias de Nisa e de Fronteira, contudo aguarda-se disponibilidade orçamental para cabimentar a despesa.

Em meados de junho a comarca diligenciou para que se iniciasse procedimento de contratação pública destinado a obras de conservação nas paredes interiores do edifício sito na Av.^a do Bonfim, 22, em Portalegre (Juízos Locais Cível e Criminal e órgãos de gestão) degradadas pelas infiltrações provenientes da cobertura e fachada lateral, para o qual, igualmente, se aguarda disponibilidade orçamental para cabimentar a despesa.

2 - Equipamentos:

Com relevância, no primeiro semestre de 2023:

O IGFEJ:

Disponibilizou à comarca:

- Uma misturadora de som para substituição de outra que avariou na sala de audiências de Castelo de Vide; e
- Um aparelho de videoconferência para substituição de outro que avariou numa das salas de audiência do Núcleo de Portalegre.

A DGAJ:

1 - Disponibilizou à comarca:

- Para a sala de formação em Portalegre:

Um switch para substituir o existente que se encontrava em mau estado; e

Sete computadores portáteis (usados) para permitir que todos os formandos (sala com capacidade para 11 formandos) possam ter disponível um equipamento.

- Uma UPS para substituição de outra que avariou na sala de audiências do Juízo de Proximidade de Avis;

Quinze cadeiras para stock deste tipo de mobiliário.

2 – Continua por resolver:

- O pedido para fornecimento de impressoras individuais, nenhum dos pedidos, efetuados em 2021 e 2022, para entrega de impressoras individuais foi satisfeito.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

Os pedidos destinam-se, no essencial, a suprir a necessidade de se equiparem gabinetes de Magistrados, alguns deles partilhados e, cuja falta, obriga a deslocações à secretaria para impressão nas poucas multifuncionais existentes, com necessárias perdas de tempo a aguardar outras impressões e tal consta das explicações enviadas em resposta aos vários e muitos esclarecimentos solicitados sobre a necessidade.

Por outro lado, as poucas impressoras individuais ainda existentes nalguns gabinetes, de marca OKI, estão fora de período de garantia e avariam com frequência, com elevados custos de reparação.

Os relatórios das avarias coincidem, “uso de toners não originais”, contudo continua a ser obrigatório o uso de compatíveis ou reciclados e, apesar das várias empresas a quem se adjudicou os procedimentos, as avarias subsistem pelos mesmos motivos.

✓ **Em curso:**

Procedimento para reparação de diversas impressoras, nomeadamente, da única que imprime a cores e, para o qual, também se aguarda disponibilidade orçamental para cabimentar a despesa.

- O pedido para fornecimento de mais um digitalizador para o Núcleo de Elvas:

Na comarca existem quatro equipamentos colocados nos Serviços do Ministério Público: 1 em Elvas, 1 em Fronteira, 1 em Ponte de Sor e 1 em Portalegre, os quais, pelo uso, vão apresentando diversas anomalias que obrigam a grandes interrupções de funcionamento, muitas vezes, até que os técnicos de informática prestem colaboração.

Importaria, pelo menos em Elvas, a disponibilização de mais um digitalizador.

SÍNTESE CONCLUSIVA/PROPOSTAS

Síntese Conclusiva:

O Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre registou, no primeiro semestre de 2023, uma diminuição das pendências, em geral, e a contínua melhoria do sistema de justiça.

Porém, para que tal evolução positiva se mantenha persiste a necessidade de manter dois juízes no Juízo Local Criminal de Elvas cumulado com a colocação e preenchimento do mapa de funcionários.

A existência deste binómio “Juiz/Funcionário” é a essência dos resultados positivos no cumprimento dos objetivos processuais anualmente fixados.

O mapa de Oficiais de Justiça previsto continua deficitário face à realidade da Comarca, com maior relevância nos serviços do Ministério Público e nos lugares de secretários de justiça importando, pelo menos, o preenchimento das vagas existentes.

Releva que a falta de Oficiais de Justiça, a dispersão da Comarca e a falta de rede viária de transportes coletivos, de ligação entre os Núcleos, tem obrigado à gestão possível e nem sempre fácil, de reiteradas redistribuições de tarefas para cumprimento à distância, em acumulação com o muito serviço existente em todas as Unidades e que, por isso, são realizadas, com esforço e dedicação, pelos oficiais de justiça em funções, muitas vezes, para além do horário normal de serviço e, nalguns casos, até aos sábados.

O défice de oficiais de justiça, a previsão de aposentações, as baixas médicas de longa duração e outras incapacidades, sem deixar de se salientar que cerca de 35% dos

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

funcionários em funções se encontram numa faixa etária acima dos 60 anos, poderá, a curto prazo, colocar em causa o funcionamento dos serviços.

Por outro lado, o mau estado da generalidade dos edifícios, arredados de qualquer tipo de investimento por parte do executivo na Comarca de Portalegre, concorrem para as condições precárias, em que se vem exercendo a justiça em Portalegre, nomeadamente, desde a implementação da Reforma.

Pese embora todos os constrangimentos, os objetivos fixados foram, ainda assim, genericamente cumpridos, o que muito se deve ao labor dos Senhores Magistrados e dos Senhores Funcionários Judiciais que aqui exercem funções, mérito que a todos se reconhece.

Revela-se essencial que o Ministério da Justiça

- Preencha com urgência o mapa legal, quer de pessoal Oficiais de Justiça, quer de pessoal do Regime Geral;
- Divulgue o resultado dos movimentos de Oficiais de Justiça em momento anterior às férias judiciais, de modo a que os órgãos de gestão possam tomar decisões conjuntas quanto às necessárias alterações nos serviços;
- Pondere alterar a Portaria n.º 164/2014, de 21/8, a qual já foi alterada pelas Portarias n.º 93/2017, de 6/3, n.º 118/2019, de 18/4 e n.º 372/2019, de 15/10, adequando os mapas de pessoal Oficial de Justiça dos Tribunais de 1.ª Instância às reais necessidades da Comarca;
- Avalie a possibilidade de se considerar a Comarca de Portalegre "Comarca periférica" para efeitos do art.º 88.º do EFJ, com fundamento na dispersão da Comarca que abrange uma área de 6 065 km², agravada pela distância entre os Núcleos e a falta de transportes públicos de ligação entre eles;
- Realize a intervenção de fundo no Palácio da Justiça de Portalegre, fechado

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

RELATÓRIO 1.º SEMESTRE DE 2023

para esse efeito desde o final do ano de 2014, com graves prejuízos para todos utilizadores e para o erário público;

- Realize as intervenções (pontuais e de fundo) nos Palácios da Justiça de Elvas e de Ponte de Sor e concretize as que se encontram adjudicadas para os de Fronteira e Nisa;
- Pugne pelo diálogo e efetiva coordenação das diversas entidades de si dependentes, em particular DGAJ/IGFEJ e destas com os órgãos de gestão da Comarca.
- Mantem-se a proposta de incremento da especialização com a criação de um Juízo de Instrução Criminal (necessidade premente tendo em conta o regime de impedimento dos Juízes), de Execuções e/ou de Família e Menores (eventualmente resultante da transformação de um dos Juízos já existentes) sempre reiterada e, ainda assim, desconsiderada pelo executivo.
- Propõe-se que o Conselho Superior da Magistratura preencha, pelo menos, o quadro mínimo de juízes em serviço efetivo na Comarca (15 juízes), afetando juízes para reforço de quadro no Juízo Criminal de Elvas e para assegurar as funções de Juiz de instrução criminal.
- Propõe-se a manutenção das medidas de gestão tomadas e, salienta-se, únicas possíveis, de reafectação de processos e tarefas a funcionários.

É este o balanço no fim do primeiro semestre de 2023, sendo os resultados globais, em nosso entender, positivos em face das circunstâncias adversas, apresentando as unidades orgânicas índices de desempenho favoráveis, fruto do esforço, empenho e brio da generalidade dos Oficiais de Justiça e dos Magistrados do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre.

O Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre